

Os sindicatos e as lutas globais por justiça na educação¹

Teachers' unions, educator organising, and global struggles for educational justice

Sindicatos y luchas globales por la justicia en la educación

 REBECCA TARLAU*

Universidade de Stanford, Estados Unidos

 JAVIER CAMPOS MARTINEZ**

Universidade Austral do Chile, Chile

 ASHLEY VISAGIE***

Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul

RESUMO: Neste artigo introdutório apresentamos nove temas que permeiam os vinte e um artigos desta edição especial. Numa primeira seção, destacamos o impacto contínuo do neoliberalismo, das políticas econômicas de austeridade e da precarização do trabalho docente sobre os/as educadores/as e sua organização. Na segunda, analisamos como o contexto estatal molda o sindicalismo docente, inclusive em regimes políticos autoritários. A terceira seção examina como os sindicatos de professores/as optaram por se relacionar com o Estado. A quarta trata das estratégias de organização adotadas pelos sindicatos, incluindo o aumento do uso das redes sociais durante o pico da pandemia de Covid-19. A quinta seção trata de como e quando a organização dos/das professores/as influenciou as políticas educativas. A sexta enfoca a decepção dos/das educadores/as com seus sindicatos. A sétima seção examina as exigências de democracia direta e participativa

* Universidade de Stanford, Escola de Pós-Graduação em Educação. Stanford, Califórnia, EUA.
E-mail: <tarlau@stanford.edu>.

** Universidade Austral do Chile, Instituto de Ciências da Educação. Valdivia, Chile.
E-mail: <javier.campos@uach.cl>.

*** Universidade da Cidade do Cabo, Escola de Educação. Cidade do Cabo, África do Sul.
E-mail: <ashley.visagie@uct.ac.za>.

nos sindicatos. A oitava trata das alternativas pedagógicas desenvolvidas pelos sindicatos de professores/as e da necessidade de centrar as alternativas educativas em seus movimentos sindicais. Por fim, nossa nona seção reflete sobre como os sindicatos docentes podem desempenhar um papel mais importante na produção de conhecimento acadêmico e sobre o papel dos/das pesquisadores/as que estudam esses sindicatos, mas que também estão empenhados/as em torná-los mais fortes, mais democráticos e mais justos.

Palavras-chave: Sindicatos docentes. Ativismo docente. Organização dos/das educadores/as. Justiça educacional. Sindicalismo para a justiça social.

ABSTRACT: Teacher unrest is an important research object in the literature on teacher unionism in Latin America. This article makes a novel contribution to this traditional topic, presenting statistical data on primary and secondary teacher strikes in Argentina, Brazil and Mexico from 2012 to 2022. This approach highlights important differences in strike activity between the public and private school sectors, between public school teachers in different states within each country, and between the three countries in terms of the configuration of the levels of bargaining at which teacher strikes take place. The category of ‘teacher labour regimes’ allows understanding these differences in a consistently theoretical manner, underlining the role of agents in configuring and reconfiguring labour regimes, the importance of labour control for the labour regime dynamics and the multi-scalar structuration of labour regimes.

Keywords: Teachers’ unions. Teacher activism. Educator organising. Educational justice. Social justice unionism.

RESUMEN: En este artículo introductorio presentamos nueve temas que impregnan los veintidós artículos de esta edición especial. En la primera sección, destacamos el impacto continuo del neoliberalismo, las políticas económicas de austeridad y la precarización de la labor docente sobre los/as educadores/as y su organización. En el segundo, analizamos cómo el contexto estatal da forma al sindicalismo docente, incluso en regímenes políticos autoritarios. La tercera sección examina cómo los sindicatos docentes han optado por relacionarse con el Estado. La cuarta trata de las estrategias de organización adoptadas por los sindicatos, incluido el mayor uso de las redes sociales durante el pico de la pandemia de

COVID-19. La quinta sección trata de cómo y cuándo la organización de los/as docentes influyó en las políticas educativas. La sexta se centra en la decepción de los/as educadores/as respecto de sus sindicatos. La séptima sección examina los requisitos de la democracia directa y participativa en los sindicatos. La octava aborda las alternativas pedagógicas desarrolladas por los sindicatos docentes y la necesidad de enfocar las alternativas educativas en sus movimientos sindicales. Finalmente, nuestra novena sección reflexiona sobre cómo los sindicatos docentes pueden desempeñar un papel más importante en la producción de conocimiento académico, así como sobre el papel de los/as investigadores/as que estudian estos sindicatos, pero que también están comprometidos/as con hacerlos más fuertes, más democráticos y más justos.

Palabras clave: Sindicatos docentes. Activismo docente. Organización de los/as educadores/as. Justicia educativa. Sindicalismo por la justicia social.

Introdução

No verão de 2022, a revista *“Globalisation, Societies and Education”* lançou uma chamada para artigos sobre *Sindicatos docentes, organização de educadores/as e lutas globais pela justiça educacional*. Naquele momento, a organização dos/das professores/as estava se tornando um tema de grande interesse. Da onda de greves #Red-ForEd nos Estados Unidos aos/as docentes brasileiros/as saindo nas ruas para condenar o fascismo, passando pelos/as professores/as japoneses/as se organizando por melhores condições de saúde pública durante as Olimpíadas, os/as educadores/as estavam participando de lutas para transformar tanto as escolas quanto a sociedade. Os sindicatos docentes, no entanto, ainda raramente eram o foco dos estudos sobre educação. Nossa chamada para artigos foi uma tentativa de reavaliar o papel desses sindicatos e da organização de educadores/as nas lutas globais por justiça social e racial. Solicitamos contribuições sobre como os sindicatos estavam lutando para que se volte a investir na educação pública e defendendo o direito, de professores/as e comunidades, de participar nas discussões sobre políticas educativas. Também estávamos interessados/as na relação entre os sindicatos docentes, movimentos sociais mais amplos e em saber como esses transformam as estratégias e os objetivos daqueles. Da Primavera Árabe ao Black Lives Matter, os/as professores/as se envolveram e foram subsequentemente transformados/as pelos protestos. Também queríamos entender a dinâmica interna dos sindicatos docentes, as facções internas, os grupos que neles emergem e como o ativismo interno muda

as prioridades e demandas desses sindicatos. De particular interesse foi o movimento, em muitos locais, em direção ao sindicalismo pela justiça social, que prioriza a justiça racial, bem como a rearticulação dos sindicatos docentes com movimentos feministas em resposta a uma crise de reprodução social. Em muitos lugares as greves de professores/as também estavam aumentando, assim como outras formas de ação direta. Por fim, a pandemia global transformou diretamente as condições de trabalho dos/das professores/as, e embora em muitos casos essa crise política e de saúde pública tenha desestabilizado sua organização, em outros, a ineficácia do governo na resposta à Covid-19 criou oportunidades para uma nova organização dos/das educadores/as.

Ficamos impressionados/as com a resposta ao nosso convite à apresentação de artigos, com dezenas de resumos enviados em novembro de 2022. No total, vinte e um artigos passaram pelo processo de revisão por pares e foram incluídos nesta edição especial. Esses artigos compreendem estudos sobre sindicatos docentes e ativismo educacional em diversos contextos geográficos, incluindo dois artigos sobre a África Subsaariana, três sobre o Norte da África e o Oriente Médio, dois sobre a Ásia, quatro sobre a Europa, quatro sobre a América Latina, cinco sobre os Estados Unidos e o Canadá e um sobre a Austrália. É uma tarefa difícil comparar essas regiões e países, todos com histórias radicalmente diferentes de relações entre o Estado e os/as trabalhadores/as, inclusive no que diz respeito às leis relacionadas ao sindicalismo do setor público, bem como diferentes relações raciais, étnicas, de classe e de gênero nas escolas e na sociedade. Os artigos também se concentram em diferentes unidades de análise: cidades, estados, regiões, contextos nacionais e transnacionais e organizações transnacionais. O que significa comparar as lutas dos/das professores/as em nível nacional na Grécia com um sindicato liderado por pessoas negras em Oakland, Califórnia, ou com uma rede transnacional de sindicalistas e acadêmicos/as na América Latina? Existem semelhanças suficientes nas lutas dos/das educadores/as na Europa, Estados Unidos, Canadá e Austrália em comparação com a África, Ásia, América Latina e Oriente Médio, para tornar significativas as categorias de *Sul Global* e *Norte Global*? Existem outras maneiras de categorizar as lutas dos/das educadores/as que aumentem nossa compreensão dos sindicatos e da organização dos/das professores/as? Argumentamos neste artigo introdutório que a distinção entre *Sul Global* e *Norte Global* é menos útil do que outras categorias temáticas que iluminam as diversas formas de organização contemporânea dos/das educadores/as.

Para complicar ainda mais essas comparações, os artigos desta edição não se concentram todos unicamente em sindicatos. Em vez disso, os/as autores/as examinam o ativismo de professores/as que ocorreu por meio de uma série de infraestruturas organizacionais, incluindo sindicatos estabelecidos; sindicatos clandestinos, emergentes ou amalgamados; facções e grupos dissidentes dentro dos sindicatos; assembleias de professores/as; redes nacionais e regionais de educadores/as; e grupos mais amplos de justiça educacional. Os/As autores/as também nomeiam os “sindicalismos” que estão estudando

de maneiras diferentes, como sindicalismo social, sindicalismo de justiça social, sindicalismo de movimento social, sindicalismo solidário, sindicalismo democrático e sindicalismo empresarial ou de serviços. Cada uma dessas descrições invoca uma visão diferente de como os sindicatos de trabalhadores/as da educação deveriam ser. Por exemplo, mais democráticos, mais focados nas preocupações diárias de professores/as e mais engajados na equidade racial. Outros/as autores/as se concentram em lutas não sindicais, embora os sindicatos, em todos esses casos, tenham uma relação direta com esses movimentos educacionais mais amplos. Os/As autores/as também utilizam uma ampla gama de metodologias para realizar suas pesquisas, incluindo etnografia, entrevistas, questionários, observação participativa, análise de documentos e mídias sociais, comparação entre países e análise estatística.

Além disso, os artigos desta edição também ilustram a diversidade de teorias que podem lançar luz sobre a organização dos/das educadores/as. Por exemplo, Ashley Visagie e Sara Black recorrem ao conceito de *crise como dispositivo* de Mario Gentili para entender por que duas organizações ativistas não reconheceram a “crise” da Covid como um *processo* ou, melhor dizendo, uma *tática* de governança da elite. Anna Traianou mobiliza os teóricos do Estado Nicos Poulantzas e Bob Jessop para analisar o que ela chama de “Estado educacional” na Grécia, documentando as mudanças substanciais que ocorreram nos sindicatos docentes gregos com as diferentes administrações políticas e transformações econômicas no país. Katarzyna Rakowska utiliza a ideia de poder associativo de Erik Olin Wright (2010) para discutir por que o sindicato dos/das professores/as na Polônia enfrentou uma crise de legitimidade durante e após a greve massiva dos/das docentes em 2019. Christian Bracho recorre às teorias do ensino orientado para a justiça e do ensino como desempenho para compreender as diferentes interpretações dos/das educadores/as sobre a justiça em Oaxaca, no México. Felipe Acuña e Rocío Ugalde se valem do conceito de “julgamentos classificatórios” de Marion Fourcade para explicar como as políticas de avaliação de professores/as no Chile criaram uma nova “ordem” de docentes como atores e atrizes individuais, bem como do conceito de “dissenso” de Jacques Rancière para pensar a resistência dos/das professores/as às políticas educacionais propostas. Riley Collins recorre à ideia de bifocalidade crítica para analisar tanto as restrições estruturais como as “práticas discursivas pelas quais as pessoas dão sentido às suas circunstâncias” no estado norte-americano do Arizona, a fim de compreender a interação entre a estrutura e a agência dos/as docentes.

E a lista de teóricos/as das mais diversas correntes continua! Trudy Keil e Pamela Osmond-Johnson argumentam que o pós-estruturalismo é uma armação teórica útil para analisar as “alianças, agregações e afetos” que são parte integrante do ativismo educacional. Julián Gindin, Mariano Casco Peebles e Pablo Ariel Becher aplicam teorias de regimes de trabalho ao ensino, argumentando que os “regimes de trabalho docente” explicam as diferenças no número de greves de docentes no México, Brasil e Argentina.

Dalila Oliveira e Myriam Feldfeber usam o conceito de “terceiro espaço” de Homi Bhabha para analisar as contribuições de uma rede de pesquisa acadêmico-sindical. Amanda Pinkham-Brown mobiliza o conceito de urbanismo neoliberal de Pauline Lipman para compreender o ambiente político de uma campanha sindical fracassada numa escola charter na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que emprega teorias pós-estruturais para analisar o poder das narrativas construídas por professores/as e administradores/as que eram a favor ou contra o sindicato. Nirali Jani e Frances Ramos usam teorias de articulação e interseccionalidade para analisar o aumento do número de fechamentos de escolas e os movimentos de privatização em Oakland, ilustrando como as reformas escolares baseadas no mercado se apoiaram na linguagem dos “novos direitos civis”. Vários/as autores/as também recorrem a teorias de movimentos sociais e ação coletiva, incluindo Hania Sobhy, que usa teorias de ação coletiva para analisar por que a injustiça, a identidade social, a eficácia e a moralidade são os principais motivos da participação em ações sindicais na Tunísia; Lluís Parcerisa e Antonio Verger, que argumentam que o sucesso da Assembleia Docente das Ilhas Baleares se deveu à construção de alianças e à aproximação de pontos de vista; e Lauren Stark, Rebecca Tarlau e Rhiannon Maton, que postulam que o ativismo dos/das educadores/as é mais bem-sucedido quando participa de um ecossistema diversificado de organizações de movimentos sociais. Por fim, quase todos/as os/as autores/as desta edição estão, de alguma forma, em diálogo com pesquisas anteriores sobre sindicatos docentes; no entanto, ao trazer essas diversas lentes teóricas para o estudo do ativismo dos/das educadores/as, ajudam a renovar e reinventar essa literatura de estudos trabalhistas e pesquisas acadêmicas em educação. Argumentamos que o estudo dos sindicatos de docentes é aprimorado pela aplicação de diferentes lentes teóricas sociais e culturais ao estudo do ativismo dos/das professores/as.

Nas páginas seguintes, organizamos as contribuições substanciais desta edição especial em três partes, estruturadas em torno de nove temas. A primeira parte (seções 1 e 2) analisa o contexto social, político e econômico do ativismo docente, incluindo o impacto do neoliberalismo e das políticas de austeridade sobre os/as professores e seus sindicatos, e como os contextos estatais moldam a organização dos/das docentes. A segunda parte (seções 3 a 5) se concentra nas estratégias e no impacto do sindicalismo docente, com foco em como os sindicatos de professores/as optam por se envolver com o Estado, nas estratégias organizacionais adotadas pelos/as docentes e no impacto de sua organização nas políticas educacionais. Na terceira parte (seções 6 a 9), analisamos os desafios para os sindicatos de professores/as, o frequente desencanto de seus membros e as direções futuras para democratizá-los, centrando a pedagogia e as alternativas educacionais nos movimentos docentes e repensando a relação entre acadêmicos/as e sindicalistas.

Parte Um: o contexto social, político e econômico do ativismo de professores/as

Seção 1. Neoliberalismo, austeridade e a precarização do trabalho docente

Um dos temas gerais que emergem desta edição especial diz respeito a globalização e intensificação contínuas das reformas econômicas e políticas neoliberais que se refletem no campo da educação, reestruturando tanto as condições de trabalho e de emprego docente quanto o trabalho pedagógico dos/das professores/as. Essas reformas quase sempre veem o Estado como a nova fronteira para a expansão capitalista, transformando serviços públicos, como a educação, em mercados. Os/As autores/as que contribuíram para esta edição analisaram tanto as formas específicas como essas reformas se articulam em seus contextos locais, quanto as lutas coletivas dos/das docentes que se opõem a essas reformas que consolidam as injustiças raciais e de classe. Em todos esses contextos variados, os/as professores/as enfrentam desafios comuns que estimulam a solidariedade entre sindicatos docentes e movimentos sociais além das fronteiras nacionais.

Na Grécia, Traianou demonstrou como os períodos de crise foram instrumentalizados pelo Estado para introduzir novas agendas políticas. Ela aponta como, após a crise financeira de 2008, o discurso político do Estado vinculou o futuro da nação à qualidade da oferta educacional, aproveitando essa ligação discursiva para legitimar uma regulamentação mais rígida do trabalho docente. Em Gana, Carol Anne Spreen e Shari-Lee Carter discutem o impacto dos planos de ajuste estrutural do FMI sobre o povo ganês e mostram como as estratégias dos sindicatos docentes conseguiram evoluir das questões básicas (ou seja, greves pelo custo de vida) a uma oposição direta a reformas macroeconômicas neoliberais mais amplas. De forma perspicaz, elas argumentam que a evolução da estratégia sindical foi facilitada pela generalização da luta quando organizações trabalhistas de todo o país se uniram (ou seja, enfermeiros/as, professores/as, administradores/as universitários/as etc.). Na cidade de Oakland (Estados Unidos), Ramos e Jani exploram como os discursos neoliberais dominantes muitas vezes se apropriaram de uma linguagem consciente da questão racial para desqualificar professores/as que desafiam a mercantilização da educação como racistas ou contrários à melhoria das oportunidades educacionais para alunos/as negros/as. Através de seu estudo sobre os anos que antecederam a greve de professores/as de Oakland em 2019, documentam como os projetos de educação política de professores/as ativistas produziram efetivamente um discurso contra-hegemônico, que rearticulou a luta contra a privatização das escolas e a mercantilização da educação introduzida pelo movimento das escolas charter como uma luta pela “justiça racial” contra a “anti-negritude”. No Chile, Acuña e Fernández Ugalde destacaram como um movimento dissidente de docentes dentro de seu sindicato, o Colegio de Profesores y Profesoras – CdP, tentou desafiar um “consenso forjado” entre o governo e a liderança do CdP sobre responsabilidade e remuneração baseadas no

desempenho. Pinkham-Brown demonstra como professores/as que estavam tentando se sindicalizar numa escola charter em Chicago se depararam com discursos antissindicalistas que alavancavam as “relações familiares” e acusavam os sindicatos de serem um fator de cizânia e ameaça aos valores da escola. Ele também mostra como o poder estrutural da liderança antissindical teve maior facilidade e eficácia em disseminar o discurso antissindical graças ao uso de canais oficiais. Embora os/as docentes dessa escola acabaram perdendo a eleição para formar um sindicato, isso se deu em grande parte ao fato de a liderança ter usado seu poder formal para desacreditar a iniciativa, embora já tivessem coletado cartões sindicais assinados de 75% dos membros da equipe.

É verdade que nem todas essas lutas saem “vitoriosas”, mas talvez precisemos de novas maneiras de pensar sobre o que significa sucesso na organização e na construção de movimentos. Todos os esforços de organização são lutas simbólicas para impor uma nova visão contra as visões dominantes do mundo. Isso fica evidente nas histórias de como professores/as se engajam no trabalho de neutralizar narrativas dominantes, buscando reformular ou rearticular histórias existentes sobre professores/as, escolaridade e o status quo. Há várias lições a serem aprendidas com cada uma das contribuições desta edição sobre como as organizações docentes devem lidar com questões estratégicas numa guerra de posições contra o neoliberalismo.

Seção 2. Contextos estatais e regimes políticos autoritários

Outro tema comum aos artigos desta edição especial é a forma como os diferentes contextos estatais e regimes laborais influenciam as posições, posturas e estratégias adotadas pelos sindicatos. As condições materiais desses contextos oferecem diferentes possibilidades e limitações à ação coletiva. Por exemplo, os/as colaboradores/as destacaram como as táticas repressivas do Estado continuam a ser utilizadas para silenciar os/as professores/as, desencorajar o trabalho sindical e como os sindicatos docentes encontram formas subversivas para se organizar e confrontar as reformas opressivas das políticas educacionais.

Hamza R'boul destaca a luta dos/das professores/as contratados/as no Marrocos, que representam 120.000 dos/das 300.000 funcionários/as do setor educacional e enfrentam condições de emprego muito mais precárias do que outros/as educadores/as. Eles/Elas formaram a Coordenação Nacional de Docentes Forçados/as ao Regime de Contrato – NCFCT, mas foram atacados/as pela força repressiva do Estado, incluindo o corte de salários de docentes envolvidos/as em protestos e a prisão de professores/as por “conduta desordeira”. Nesse contexto, porém, a NCFCT desenvolveu novas abordagens de resistência, aproveitando as redes sociais e ações de greve que os/as docentes perceberam ser mais eficazes do que o confronto direto em protestos de rua. Segundo R'boul, as greves nacionais tiveram um impacto tão profundo no sistema escolar que o governo foi

obrigado a entrar em negociações. Também pensando as relações com o Estado, Gindin, Caso e Becher utilizam a teoria do regime trabalhista e estatísticas de greves de docentes na Argentina, no Brasil e no México, para mostrar como a frequência das greves difere entre os setores público e privado por conta das diferentes formas de controle trabalhista em cada um. Quando a segurança no emprego no setor privado depende de relações positivas com empregadores/as, o controle trabalhista é mais forte e as greves são menos frequentes. E também mostram como a frequência das greves difere dentro dos setores, de acordo com os diferentes “regimes trabalhistas”, mostrando como ocorrem menos greves quando o próprio sindicato é “um agente de controle trabalhista dos/das docentes”. Ahmad Medadi e Amir Hossein Mahdavi, por sua vez, enfatizam tanto a força poderosa que os sindicatos de professores/as têm no Irã quanto as dificuldades de operar dentro de um regime autoritário, em que demissões, prisões e sentenças de prisão de longo prazo têm sido empregadas contra professores/as. Eles mostram como as estratégias de organização sindical mudaram para a construção de alianças com movimentos de justiça social e para a organização descentralizada, em resposta à revogação da licença dos sindicatos nacionais docentes pelo Estado. Por exemplo, muitos/as professores/as agora estão aproveitando aplicativos de mensagens de mídia social, como Telegram e WhatsApp, para fins de diálogo e organização. Considerando a demografia da força de trabalho docente no Irã, também mostram como o recente movimento Mulheres, Vida e Liberdade encorajou os/as professores/as ativistas a se envolverem em questões sociopolíticas mais amplas. No contexto da greve silenciosa de 2013 na Tunísia, Sobhy destaca como as autoridades acusaram os/as docentes de falta de lealdade nacional e de prejudicar os interesses dos/das estudantes, tendo o ministro da Educação chegado a estigmatizar os/as professores/as que retiveram as notas dos/das estudantes, qualificando suas ações como um “crime contra o povo tunisiano”, ainda que essa estratégia de protesto tenha sido adotada como um meio de reduzir a perda de aprendizado (como no caso da greve). Acuña e Fernández Ugalde, empregando a teoria do dissenso de Rancière, mostram como as posições sindicais no Chile se alteraram devido às mudanças nos regimes trabalhistas, explicando o ressurgimento do movimento dissidente de professores/as como uma resposta às reformas políticas de Bachelet, à exclusão das forças oposicionistas do parlamento e à aliança acrítica entre o sindicato e o governo para a introdução de reformas neoliberais na avaliação dos/das docentes. Rita Nazeer-Ikeda e Sarah R. Asada, com uma visão de longo prazo do Sindicato de Professores/as de Singapura – STU, mostram de forma semelhante como a estratégia do sindicato mudou da contestação sob o governo colonial para a colaboração com os governos locais. Elas argumentam que tanto a abordagem oposicionista do passado quanto o sindicalismo social contemporâneo (com foco no bem-estar dos/das professores/as) contribuíram para melhorias na educação em Singapura.

Com base em uma variedade de lentes teóricas e conceituais, cada um/uma desses/as colaboradores/as oferece insights únicos para analisar a relação entre o Estado e o sindicato, e entre o Capital e o Trabalho. Esses insights oferecem caminhos produtivos para pensar quais são as condições para o surgimento de posições oposicionistas e para considerar como os sindicatos podem continuar a construir e ganhar força mesmo quando enfrentam a repressão estatal.

Parte Dois: as estratégias e o impacto da organização dos/das professores/as

Seção 3. Como os sindicatos de professores/as se relacionam com o Estado

Como os sindicatos lidam com as alianças e a proximidade com o Estado? Essa é uma questão relevante para qualquer movimento social que ganha um certo grau de força, mas é particularmente importante para os sindicatos que, na maioria dos países, institucionalizaram sua relação com seus respectivos Estados. Ruth Collier e David Collier (1991) referem-se a esse dilema para os/as trabalhadores/as como a “tensão entre uma concepção da esfera política como uma arena essencial para a defesa dos interesses dos/as trabalhadores/as e a preocupação de que a participação na política corrompa e coopte sindicatos e líderes sindicais” (R. COLLIER & D. COLLIER, 1991, p. 49). Essa questão é particularmente importante no Sul Global, onde a posição estrutural de muitos sindicatos mudou mais recentemente de uma oposição à ordem colonial para um maior grau de colaboração com diversos Estados pós-coloniais.

No contexto da África do Sul, por exemplo, Black e Visagie observaram o caso do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos – COSATU, que é membro da aliança tripartite entre o partido no poder e o Partido Comunista Sul-Africano – SACP. A estreita relação tem, por vezes, tornado os sindicatos de docentes progressistas menos dispostos a adotar posições de oposição mais fortes. O autor e a autora mostram como os/as professores/as tentaram se organizar (embora sem sucesso) fora dos sindicatos, em resposta à pandemia da Covid-19 e seu impacto sobre eles/elas. Na Tunísia, Sobhy alerta que os sindicatos podem enfraquecer seu poder “se continuarem a se considerar parceiros da nova elite governante”. No Marrocos, a proximidade dos sindicatos docentes tradicionais com o Estado e o efeito que isso teve sobre os/as professores/as contratados/as em situação precária deram ensejo ao surgimento de uma organização extra-sindical de docentes contratados/as, a NCFCT. Como explica R’boul, “a NCFCT sustenta que a criação dessa coordenação decorre de suas frustrações com a cumplicidade e a neutralidade dos sindicatos, bem como do fato de serem utilizados pelo Estado como instrumentos para contornar determinadas leis e regulamentações”. Na Grécia, a questão da proximidade com o Estado é destacada de forma bastante profunda pelo fato de que, quando o governo de

esquerda liderado pelo SYRIZA foi formado, as reformas neoliberais e de austeridade anteriormente contestadas persistiram, mas sem a forte oposição que tinha caracterizado as lutas anteriores. Traianou observa os conflitos que surgiram quando os sindicatos se viram “diante de um governo que não podiam apoiar por inteiro nem combater”. Esta é a realidade contraditória de ainda precisar lutar contra um Estado que se diz de esquerda. Stark, Tarlau & Maton oferecem uma perspectiva reformulada, analisando a diversidade de formações organizacionais dentro do movimento dos EUA por escolas seguras no contexto da pandemia da Covid-19, aproveitando o conceito de “co-governança contenciosa” de Tarlau (2021) para descrever as maneiras pelas quais os/as educadores/as em seus cargos oficiais colaboram com funcionários/as do Estado, ao mesmo tempo em que ainda usam políticas contenciosas (licenças médicas, petições, campanhas nas redes sociais etc.). A co-governança contenciosa descreve as relações frequentemente conflituosas entre os sindicatos docentes e o Estado, reconhecendo que essas relações podem ser e têm sido utilizadas para promover a justiça social na educação.

A relação entre trabalhadores/as e o Estado será sempre controversa, caracterizada tanto pela colaboração quanto pelo confronto. Quando os principais sindicatos não conseguem lidar com essas controvérsias e deixam de representar efetivamente os interesses de seus/suas constituintes, os/as docentes são levados/as a buscar formas alternativas de organização, seja lutando internamente para mudar a direção do sindicato, seja formando organizações extra-sindicais. Por outro lado, muitos ganhos podem ser alcançados por professores/as e alunos/as quando os sindicatos são capazes de canalizar o descontentamento coletivo de seus/suas constituintes e fazer reivindicações com sucesso aos seus respectivos Estados. No geral, esses artigos tendem a uma perspectiva mais crítica das relações entre o Estado e os/as trabalhadores/as, mostrando como essa estreita relação realmente enfraqueceu diversas lutas trabalhistas em todo o mundo.

Seção 4. Estratégias de organização

A forma como os/as docentes se unem e colaboram com outros movimentos é um tema que atravessa as contribuições para esta edição, destacando a importância de compreender as estruturas por meio das quais os/as professores/as desenvolvem ações coletivas. O papel das formas organizacionais tradicionais é inegável; grande parte do progresso em direitos trabalhistas e trabalho digno pelo mundo afora foi alcançada por meio da estrutura formal dos sindicatos. No entanto, à medida que os movimentos docentes ampliam suas demandas para além das questões trabalhistas tradicionais, essas estruturas revelam suas limitações. O desgaste, a burocratização excessiva ou sua cooptação por elites políticas ou pelo Estado diminuem sua independência e prejudicam sua capacidade de responder efetivamente às demandas em transformação dos/das professores/as. Isso cria espaço para novas formas de união e articulação da ação coletiva.

Com base nas limitações das estruturas organizacionais tradicionais, Parcerisa e Verger analisam a Assembleia Docente das Ilhas Baleares, um exemplo bem-sucedido de organização de base que surgiu em resposta a reformas educacionais rigorosas. Milhares de professores/as, alunos/as, mães e pais participaram de um amplo esforço organizacional para defender a educação pública, a língua catalã e o Estado de bem-estar social, resistindo às reformas focadas na austeridade, nos exames, no currículo e na língua de ensino. A análise de Parcerisa e Verger fornece insights fundamentais para os sindicatos docentes em momentos de agitação social, destacando que, embora esses tenham desempenhado um papel crucial no apoio aos protestos, a Assembleia Docente pôde se envolver com as preocupações mais amplas da população, pois sua estrutura flexível e menos institucionalizada permitiu ações mais radicais e de baixo para cima. No entanto, a organização de base nem sempre leva à vitória. O trabalho de Katarzyna Rakowska discute a ascensão dos Comitês Intraescolares de Greve – MKS e do Comitê Nacional Interescolar de Greve – OMKS, organizações que atuaram em paralelo ao sindicato oficial e foram fundamentais na preparação de uma das greves mais importantes da Europa nos últimos tempos, a greve nacional de 600 mil docentes na Polônia em 2019. Embora os/as professores/as tenham contado com redes sociais alternativas para se comunicar e se mobilizar para a ação direta, pressionando com sucesso o Sindicato dos/das Professores/as Poloneses/as a votar a favor de uma greve nacional, a crise de legitimidade que o sindicato estava atravessando, a falta de unidade nas reivindicações, a comunicação deficiente e a perda de seu monopólio na representação dos/das docentes permitiram ao governo enfraquecer e diluir sua posição. A lição é clara: uma organização mais profunda é essencial dentro dos sindicatos docentes. Além disso, embora as redes paralelas possam mobilizar eficazmente a curto prazo, os sindicatos continuam a ser fundamentais e devem passar por uma transformação significativa para recuperar sua influência e apoiar melhor seus membros.

É inegável que as redes sociais transformaram as regras de engajamento e organização entre os/as professores/as, tornando-se uma alternativa viável quando as estruturas tradicionais não têm alcance suficiente para representar suas preocupações ou quando governos autoritários não permitem a existência de estruturas tradicionais. No caso do Irã, Medadi e Mahdavi destacam como os/as professores/as começaram a usar as redes sociais, particularmente o Telegram, para criar redes mais horizontais que influenciaram seu ativismo. Grupos do Telegram, com milhares de membros, servem como fóruns para debater políticas educacionais e como plataformas para compartilhar informações e organizar protestos e greves. Apesar do contexto estatal adverso, em que professores/as são presos/as e sindicatos proibidos, os sindicatos docentes no Irã se tornaram mais inclusivos, promovendo ações locais e usando as redes sociais de forma criativa para levar adiante suas reivindicações. Isso também permitiu uma maior participação de mulheres e minorias étnicas, fortalecendo o ativismo dos/das professores/as

num ambiente altamente repressivo. No Canadá, tanto os sindicatos docentes quanto os grupos ativistas de base usam o Twitter para mobilizar e divulgar suas mensagens. Trudy Keil e Pamela Osmond-Johnson analisam a organização de educadores/as em grupos ativistas sindicais e não sindicais. E concluem que os grupos de base muitas vezes vão além das questões específicas dos/das professores/as para abordar preocupações sociais mais amplas, enquanto os sindicatos tendem a se concentrar em alianças institucionais. Apesar dessas diferenças, ambas as formas de ativismo são essenciais, pois as organizações docentes se beneficiam da energia da base e os movimentos de base ganham com o poder institucional e a capacidade política dos sindicatos.

Juntos, os artigos desta edição destacam como as estratégias de organização se adaptam, combinando os pontos fortes das estruturas sindicais tradicionais com a flexibilidade e a energia dos movimentos populares. Fortalecer a organização interna dos sindicatos é fundamental para restaurar a legitimidade, democratizar a liderança e atender às necessidades em constante evolução dos/das professores/as, enquanto as abordagens baseadas em redes fornecem a velocidade e a adaptabilidade necessárias para enfrentar os desafios políticos e sociais contemporâneos. Uma abordagem híbrida, em que sindicatos e esforços populares trabalham juntos, reforçando os pontos fortes uns dos outros, oferece uma estratégia promissora para o ativismo docente. Para que isso tenha sucesso, os sindicatos devem passar por uma transformação significativa, adotando uma organização mais profunda e democrática e uma maior inclusão.

Seção 5. Influência da organização docente na política educacional

A organização docente, seja por meio de sindicatos ou movimentos de base, desempenha um papel crucial na contestação, proposição e defesa da política educacional. Vários estudos nesta edição destacam o envolvimento das organizações docentes em áreas-chave, como financiamento escolar, elaboração de currículos, formação de professores/as, avaliação e governança dos sistemas educacionais. Esses esforços visam não apenas proteger os direitos trabalhistas, mas também orientar as políticas educacionais, desafiando as reformas neoliberais e conservadoras.

A influência dos sindicatos docentes nas políticas públicas pode ser observada em diferentes contextos, desde a oposição aberta até lutas mais complexas com alinhamentos ideológicos. Em Gana, por exemplo, os sindicatos docentes assumiram uma postura direta e confrontadora contra as reformas neoliberais. Como ilustram Spreen e Carter, os sindicatos de professores/as ganenses, em colaboração com outros/as trabalhadores/as do setor público, organizaram protestos em massa em 2022 para resistir às medidas de austeridade globais. Seu sucesso na formulação de políticas veio de sua capacidade de vincular os esforços de organização local à solidariedade global contra o neoliberalismo e de articular demandas mais amplas que abordam questões estruturais, como

crises ligadas a dívidas e falta de investimento público. O que tem sido particularmente instrutivo é como, nesse esforço, a organização docente tem expandido cada vez mais o conhecimento dos/das professores/as sobre políticas macroeconômicas e sua capacidade de examinar os impactos diretos dessas políticas em suas vidas e trabalho. Num contexto muito diferente, Nazeer-Ikeda e Asada argumentam que o Sindicato Docente de Singapura, através da sua relação contenciosa com o governo colonial e da sua relação mais colaboracionista com os governos mais recentes, “lançou as bases para o aperfeiçoamento docente e para a alta qualidade da educação pela qual o país é conhecido mundialmente nos dias de hoje”. Em outras palavras, as autoras sugerem — em contraste direto com a retórica antissindical — que o sindicato docente em Singapura tem sido fundamental para a qualificação dos/das professores/as e para a melhoria do ensino no país.

Os casos da Grécia e do Chile revelam dinâmicas mais complexas entre sindicatos e Estados nominalmente progressistas. Na Grécia, sob o governo de esquerda do SYRIZA (2015-2019), os sindicatos docentes enfrentaram o paradoxo de se oporem às medidas de austeridade e às reformas de avaliação dos/das professores/as implementadas por um governo com o qual se alinhavam ideologicamente. Embora os sindicatos tenham condenado essas reformas, sua capacidade de mobilização foi limitada por seu alinhamento político com o SYRIZA, levando a fraturas internas. As facções de esquerda pressionaram por uma resistência mais radical, enquanto as facções centristas buscaram a negociação, limitando, em última instância, a capacidade dos sindicatos de influenciar efetivamente as políticas. Da mesma forma, no Chile, a introdução do sistema de avaliação de professores/as após 2010 por um governo de centro-esquerda causou conflitos internos no sindicato docente. Facções dissidentes desafiaram o suposto consenso em torno da política implementada, expondo com sucesso a exclusão das experiências dos/das docentes do processo de tomada de decisão. No entanto, a influência dessas facções dissidentes foi limitada pela sua incapacidade de apresentar uma alternativa abrangente à referida política. Ambos os casos ilustram as dificuldades dos sindicatos em se oporem às políticas educativas em contextos nos quais os governos estão supostamente alinhados politicamente com eles.

Durante a pandemia da Covid-19, a influência da organização docente nas políticas públicas se tornou particularmente evidente, tendo a saúde e a educação — e a intersecção entre ambas — como principais campos das batalhas políticas. Stark, Tarlau e Maton destacam como educadores/as em todos os Estados Unidos formaram coalizões que influenciaram com sucesso as políticas públicas, adiando a reabertura prematura das escolas e obrigando os distritos a adotarem medidas de segurança. Sua análise, enquadrada por conceitos como sindicalismo de justiça social e cogestão contenciosa, demonstra como a mobilização docente foi além das preocupações individuais, alinhando-se aos interesses mais amplos da comunidade por meio de parcerias com mães, pais e alunos/as para moldar a política educacional. Da mesma forma, o estudo de Collins sobre educadores/

as do Arizona ressalta o papel de seu ativismo em influenciar as políticas educacionais locais. Apesar dos desafios decorrentes do contexto organizacional desfavorável, os/as professores/as se basearam em suas experiências durante a greve estadual #RedForEd de 2018 para se organizar durante a pandemia, produzindo resultados políticos variados entre os distritos. Em alguns casos, ativistas sindicais usaram com sucesso a ameaça de licenças médicas para estender o ensino virtual, enquanto em outros contextos ativistas de base fora da liderança sindical influenciaram os sindicatos a adotar ações semelhantes. No entanto, nem todos os esforços foram bem-sucedidos, como num distrito onde a ação coletiva fracassou, levando à demissão em massa de professores/as.

Seja enfrentando governos hostis ou lidando com as contradições de regimes progressistas, a organização docente está na vanguarda da luta pela justiça educacional, e os sindicatos e movimentos populares são fundamentais para moldar políticas nessa direção nos níveis local e nacional. A pandemia da Covid-19 provou que quando os/as educadores/as se unem, até os sistemas mais arraigados podem ser alterados e escolas inseguras podem ser fechadas. No entanto, a organização de professores/as não garante vitórias, mesmo quando os governos no poder parecem ser aliados no papel. Reverter as políticas neoliberais também requer a criação de alternativas e visões de futuros possíveis que abordem as injustiças sociais a partir de plataformas que envolvam o que os/as professores/as fazem de melhor: educar outras pessoas e, por meio dessa educação, orquestrar a vontade coletiva para impulsionar a mobilização. A mudança de políticas só virá da resistência e de alternativas ousadas e imaginativas que mobilizem tanto os/as educadores/as quanto as comunidades.

Parte Três: desafios para os sindicatos docentes e direções futuras

Seção 6. Frustração com os sindicatos e desafios para o sindicalismo pela justiça social

As seções anteriores destacaram as formas como os sindicatos docentes interagem com seus respectivos Estados, bem como a diversidade de estratégias organizacionais que adotam e seu impacto nas políticas educacionais. Apesar dessas muitas lutas importantes, outro tema que permeia diversos artigos é a frequente *frustração* que os/as professores/as têm com relação a seus sindicatos e como é difícil construir uma abordagem sindicalista que incorpore valores mais amplos de justiça social — quer a chamemos sindicalismo de justiça social, sindicalismo de movimento social, sindicalismo solidário ou sindicalismo democrático.

Vários artigos desta edição especial apontam como, devido às frustrações com seus sindicatos, os/as docentes optam por criar *organizações não sindicais* para alcançar seus objetivos. Num extremo dessa dinâmica está o argumento de Black e Visagie, de que

embora os sindicatos docentes sul-africanos tenham desempenhado um papel importante na luta contra o apartheid, atualmente eles fazem parte do *establishment* político – a aliança tripartite entre o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos – COSATU, o African National Congress e o Partido Comunista. Devido ao que a autora e o autor descrevem como a cooptação de uma infraestrutura organizacional anteriormente vibrante, formações não-sindicais assumiram a liderança na luta pela justiça educacional com o advento da pandemia global. Segundo Black e Visagie, foi “[...] justamente porque esses sindicatos formais não se mobilizaram de imediato durante o confinamento imposto pela Covid, em março de 2020, que os outros esforços orgânicos de base que analisamos aqui começaram a coordenar esforços de resposta e de mudança”.² Da mesma forma, nas Ilhas Baleares, na Espanha, Parcerisa e Verger descrevem as diferentes etapas das mobilizações docentes contra uma série de reformas educacionais impostas de cima para baixo e o surgimento de uma nova atriz social importante – a Assembleia dos/das Professores/as – da qual participaram milhares de educadores/as, bem como alunos/as, mães e pais. Como indicam os autores, os sindicatos docentes *também* estiveram envolvidos nessas mobilizações, mas tenderam a ser mais cautelosos em apoiar ações controversas, como uma greve por tempo indeterminado. No Marrocos, R’boul descreve a ascensão da Coordenação Nacional de Docentes Forçados/as ao Regime de Contrato – NCFCT como uma alternativa aos sindicatos docentes oficiais. R’boul argumenta que, ao contrário destes, a NCFCT se dedica ao ativismo pela justiça social e faz reivindicações que se concentram em “questões sistêmicas persistentes, como a pobreza, a distribuição desigual de recursos, a desigualdade econômica e as disparidades na educação”. Finalmente, no Canadá, Keil e Osmond-Johnson também analisam a ascensão de grupos não sindicais que vão além dos interesses específicos dos/das professores/as e abordam questões sociais mais amplas. No entanto, a autora e o autor também postulam que quando esses grupos de professores/as não sindicalizados/as se unem aos sindicatos docentes, cria-se uma “agregação” de ativismo que pode resistir mais eficazmente ao neoliberalismo e criar um futuro diferente possível.

Vários outros artigos também discutem a decepção dos/das educadores/as com seus sindicatos, embora, nesses casos, as frustrações não tenham (ainda) levado à criação de organizações alternativas. Na Tunísia, Sobhy descreve a forte tradição trabalhista, com uma federação que contribuiu diretamente para a revolução e a queda de um regime autoritário. Os sindicatos docentes são uma parte fundamental dessa tradição trabalhista. No entanto, em 2023, a maioria dos/das professores/as tinha grandes reservas em relação a uma “greve de notas” apoiada pelo sindicato. Sobhy argumenta que embora os/as professores/as inicialmente tenham apoiado o sindicato como a “última força de justiça social face ao recuo da transição democrática”, a greve foi enfraquecida pelas divisões entre os dois sindicatos docentes e pelo contexto de austeridade. Da mesma forma, Rakowska argumenta que o Sindicato de Professores/as da Polônia – ZNP enfrentou uma

crise de legitimidade antes e durante a greve de 2019. Em suas entrevistas com participantes da greve, ela descobriu que a perda de legitimidade do sindicato se deveu à falta de motivação dos/das professores/as para participarem dele, à sua ausência na vida cotidiana dos/das docentes em suas escolas, ao legado negativo do comunismo e do “sindicalismo”, às tendências conservadoras e burocráticas do sindicato e às decepções anteriores com a liderança sindical. Durante a greve, a falta de preparação e comunicação exacerbou essas frustrações. No contexto dos EUA, ilustrando algumas das barreiras estruturais à renovação sindical, Pinkham-Brown analisa uma campanha fracassada de sindicalização numa escola charter de Chicago, argumentando que as campanhas antissindicalistas foram bem-sucedidas devido ao poder estrutural dos/das mais ricos/as, bem como à sua capacidade de recorrer a narrativas no ambiente político hegemônico mais amplo. Juntos, esses artigos mostram a diversidade de situações que levam os/as professores/as a ficar frustrados/as com seus sindicatos. Alguns/umas dos/das autores/as também documentam as dificuldades que os/as educadores/as enfrentam ao tentar mudar seus sindicatos para abraçar causas de justiça social. No Irã, Medadi e Mahdavi argumentam que o sindicato docente iraniano abraçou algumas demandas por justiça social, mas não teve sucesso em fazer com que fossem atendidas. Na Suécia, Alison L. Milner, Pontus Bäckström e Johan Ernestam documentam a fusão de dois grandes sindicatos docentes e como esses foram capazes de colaborar em negociações, bem como em questões políticas e profissionais; no entanto, o desenvolvimento de um sindicalismo de justiça social mais amplo foi limitado. Enquanto isso, Jani e Ramos ilustram as dificuldades de conciliar o sindicalismo docente e as lutas pela justiça racial, mostrando como os movimentos pela privatização em Oakland se basearam na linguagem dos “novos direitos civis” e tentaram definir justiça racial como punição de escolas e professores/as fracassados/as.

Talvez o mais desolador de todos esses casos seja o descrito no artigo de Jaeung Kim e Jinyoung Park sobre a Coreia do Sul, que em 2017 viu o surgimento de um novo sindicato, a Federação Coreana de Sindicatos de Professores/as – KFTU, que rapidamente superou em número de membros o historicamente poderoso Sindicato Coreano de Professores/as e Trabalhadores/as da Educação – KTU. Enquanto o KTU historicamente abraçou causas sociais mais amplas, incluindo os direitos dos/das estudantes nas escolas, a KFTU se concentra exclusivamente nos interesses dos/das docentes, defendendo o que Kim e Park chamam de sindicalismo empresarial. Consequentemente, Kim e Park argumentam que a “revitalização sindical” nem sempre acompanha o surgimento de movimentos sociais progressistas ou do sindicalismo pela justiça social. De fato, sindicatos docentes mais conservadores e com foco mais restrito podem ser mais atraentes para muitos/as professores/as, especialmente no caso da Coreia do Sul, onde há uma nova geração de educadores/as que nunca se envolveu em movimentos sociais mais amplos que lutam pela democracia.

Juntos, esses artigos ilustram dois pontos principais: 1) a necessidade de os sindicatos docentes se reinventarem como organizações que tomam medidas ousadas e se orientam para as necessidades de sua comunidade, ao mesmo tempo que se inserem profundamente no cotidiano dos/das educadores/as que os compõem – caso contrário, esses sindicatos se tornarão irrelevantes; e 2) a realidade de que os/as líderes não podem simplesmente decretar que seu sindicato é uma “organização de justiça social”, mas precisam fazer o trabalho árduo de encontrar membros onde estiverem e se envolver no difícil e diário trabalho educacional interno para ajudá-los/las a ver as ligações entre suas preocupações básicas e outras questões sociais, políticas e econômicas.

Seção 7. Exigências por democracia direta e participativa nos sindicatos e na sociedade

O sindicalismo democrático surge em muitos dos artigos como uma solução concreta para os desafios que os sindicatos docentes enfrentam globalmente. Em vários contextos, a necessidade de democracia interna é vista como uma forma de fortalecer a legitimidade sindical, promover a participação dos/das membros/as e aprimorar a ação coletiva contra as pressões impostas pelas reformas educacionais neoliberais e medidas de austeridade. Embora muitos dos/das autores/as desta edição tenham abordado a importância da democracia sindical, destacamos aqui o trabalho de Mihajla Gavin e sua análise do grande sindicato estadual de Nova Gales do Sul, Austrália – o NSWTF.

Nesse artigo Gavin apresenta uma análise aprofundada das estruturas democráticas existentes no NSWTF e dos desafios que seus/suas membros/as ainda enfrentam para se engajar plenamente com seu sindicato. O trabalho de Gavin sintetiza grande parte da literatura acadêmica sobre democracia sindical, argumentando que a participação democrática é essencial não só para a governança interna do sindicato, mas também para manter o poder sindical face às reformas neoliberais. Com base em dados de um projeto maior, que envolveu a realização de 71 entrevistas e a análise de 2.600 documentos, ela se concentra em três componentes do sindicato. Primeiro, argumenta que embora o tamanho e a estrutura dos órgãos decisórios estaduais tenham permanecido relativamente inalterados, decidiu-se reduzir o tamanho desses fóruns para que as discussões fossem mais significativas. Gavin também discute os fóruns associativos mais locais, que as pessoas entrevistadas afirmam ser importantes, mas dos quais os/as professores/as têm dificuldade de participar por conta das exigências do ensino. Para lidar com isso, o sindicato criou comitês de trabalho com sedes nas escolas, que são complementares às associações, a fim de “aumentar a participação dos membros, o coletivismo e o poder no âmbito escolar”. O objetivo é criar uma “responsabilidade comunitária” e integrar o “trabalho sindical” na “vida escolar cotidiana” dos/das professores/as. Por fim, Gavin analisa os métodos de comunicação do sindicato, argumentando que, embora as novas formas de comunicação (e-mail) sejam mais rápidas, as reuniões em massa à moda

antiga e outras formas de comunicação tradicional também continuam a ser importantes. O argumento geral é que é fundamental criar “estruturas centralizadas que facilitem a participação direta dos membros na tomada de decisões e na democracia participativa”. Em outras palavras,

Embora a retórica neoliberal enfatize a atribuição da autoridade ao nível local como uma forma de supostamente “democratizar” a tomada de decisões [...] como fica evidente neste estudo, as estruturas coordenadas centralmente continuam sendo fundamentais para garantir que a discussão democrática local e a contribuição de diversas vozes sejam promovidas, bem como para que uma síntese coletiva das ideias dessas discussões seja gerada a fim de formar uma frente unida.

O processo de renovação sindical na NSWTF, no entanto, não foi totalmente concluído e continua sendo um projeto em andamento.

A promoção do sindicalismo de justiça social dependerá necessariamente da capacidade dos sindicatos de desenvolver práticas democráticas que permitam a participação direta dos membros na tomada de decisões sindicais e institucionalizem processos que sintetizem e coordenem essas contribuições de baixo para cima num programa e numa estratégia unificados. Como muitos dos artigos desta edição demonstram, a falta de democratização dos sindicatos é mais do que uma questão estrutural; é uma ameaça crítica a sua relevância e eficácia. A pressão pela democratização, portanto, não é apenas uma exigência reformista, e sim um passo necessário para restaurar a legitimidade e a eficácia dos sindicatos.

Seção 8. Sindicatos docentes e alternativas pedagógicas

Outra área em que é evidente que os sindicatos docentes precisam inovar é o desenvolvimento de alternativas educacionais. Embora os sindicatos docentes discutidos nesta edição especial estivessem diretamente envolvidos na formulação de políticas educacionais, organizando ações coletivas em resposta a uma variedade de propostas de reforma educacional, houve apenas dois casos em que sindicalistas docentes desenvolveram suas próprias propostas educacionais e pedagógicas. Um local no qual os/as sindicalistas criaram uma proposta alternativa foi Oaxaca, no México, onde a Seção 22, o sindicato local dissidente do sindicato docente nacional, desenvolveu um *Plano para a Transformação da Educação de Oaxaca – PTEO*. Em seu artigo sobre a Seção 22, Bracho documenta as interpretações dos/das professores/as de Oaxaca sobre justiça, argumentando que suas “orientações de justiça” são mais amplas do que em outros países e incluem objetivos e propósitos econômicos, políticos, culturais e humanísticos. Por exemplo, na interpretação dos/das professores/as de Oaxaca, justiça compreende a defesa da diversidade cultural do estado, incluindo as culturas e línguas indígenas, e uma crítica a padronização e imposição da ideologia ocidental que homogeneiza a cultura local e não leva em consideração

a importância de preservar a diversidade cultural. Assim, Bracho mostra que os/as educadores/as de Oaxaca não estão focados/as simplesmente em exigências econômicas e sim numa visão holística e abrangente do que poderia ser a justiça em suas comunidades – moldando diretamente o projeto educacional alternativo que esse sindicato desenvolveu para suas escolas e comunidades ao longo da última década.

Em Oakland, Califórnia, Jani e Ramos analisam as iniciativas de educação política de ativistas que se tornaram líderes da Associação de Educação de Oakland e como esses/as ativistas mudaram a narrativa sobre a privatização das escolas na cidade, rearticulando justiça educacional e racial. As autoras argumentam que “por meio desses projetos, [...] conseguiram criar uma narrativa contra-hegemônica, baseada em críticas à anti-negritude e na experiência comum de precariedade e descartabilidade”. Alguns desses esforços incluem a criação da iniciativa *Escolas que os/as Alunos/as de Oakland Merecem*, que reuniu educadores/as negros/as e pardos/as com ativistas, acadêmicos/as, líderes comunitários/as, mães e pais, alcançando mães e pais que estavam envolvidos/as em movimentos de justiça social e racial, mas mandavam seus filhos e suas filhas para escolas charter. Tanto a proposta *Escolas que os/as Alunos/as de Oakland Merecem* quanto as interessantes iniciativas de educação política que essas autoras documentam apontam para as maneiras pelas quais os sindicatos de professores/as podem começar a desenvolver alternativas educacionais concretas. Os casos de Oaxaca e Oakland também ilustram que não basta contrariar o clima atual da política educacional, é preciso que os/as educadores/as apresentem sua própria visão para as escolas em parceria com os/as estudantes e as comunidades. Esse foco na pedagogia é crucial tanto para que os/as professores/as tenham controle sobre o futuro de seu trabalho como para que os sindicatos docentes superem a mera crítica e se envolvam diretamente na prática de criar sistemas educacionais mais equitativos e justos nas comunidades onde trabalham.

Seção 9. Acadêmicos e sindicalistas: rumos futuros para pesquisa e ação

Encerramos esta edição especial com uma reflexão final sobre a relação entre acadêmicos e sindicalistas, abordando duas questões fundamentais: 1) Como acadêmicos/as que são, ao mesmo tempo, estudiosos/as e aliados/as dos sindicatos docentes e movimentos educacionais devem abordar sua relação com esses movimentos e suas pesquisas? 2) Como os sindicatos docentes devem se relacionar com a academia e com potenciais aliados/as acadêmicos/as? Em relação à primeira questão, tem havido uma ampla discussão sobre a importância de desenvolver uma teoria relevante para o movimento, que não é simplesmente uma “adulação acrítica de um movimento favorito”, mas aborda questões e problemas importantes para os/as participantes do movimento e gera críticas úteis (BEVINGTON & DIXON, 2005, p. 191). O falecido Aziz Choudry (2015), estudioso dos movimentos sociais e ativista comprometido, foi ainda mais longe e argumentou que

devemos teorizar os movimentos sociais aprendendo com a longa história de suas lutas, que são os ombros sobre os quais nos apoiamos, examinando suas conquistas, perdas, desafios e vitórias e percebendo que as lutas atuais fazem parte e não estão desconectadas dessas trajetórias históricas. Acreditamos que todos/as os/as autores/as dos artigos desta edição tentaram gerar esse tipo de teoria relevante para o movimento, examinando histórias sindicais complexas e reconhecendo tanto os sucessos quanto os desafios do sindicalismo docente contemporâneo, ao mesmo tempo que enfatizam a importância de novas estratégias de organização e processos democráticos que podem fortalecer os movimentos de educadores/as e apoiar a justiça educacional.

Choudry (2013) também destacou a importância de ser humilde, reconhecendo que os/as melhores teóricos/as não estão necessariamente fixados/as na academia, muitas vezes estando apenas de passagem por ela; a necessidade de compartilhar sua pesquisa com movimentos e ser criticado/a; e a importância de construir relacionamentos em todas as etapas do processo de pesquisa. Nesse sentido, queremos aplaudir o trabalho de Milner, Bäckström e Ernestam, uma acadêmica e dois sindicalistas que escreveram seu artigo para esta edição em colaboração, destacando as possibilidades e os desafios da fusão de dois sindicatos docentes suecos. Esse processo exigiu um diálogo contínuo entre a autora e os autores em cada rodada de feedback e, sem dúvida, produziu um relato mais preciso do processo de fusão e um conhecimento sobre o processo que é mais útil para o movimento trabalhista sueco.

No entanto, mesmo as pesquisas relevantes para o movimento e os/as pesquisadores/as que buscam parcerias dentro dos sindicatos não estão erradicando totalmente as relações de poder desiguais que existem entre acadêmicos/as e sindicalistas. E esses esforços também não abordam a questão de como *os sindicatos docentes* devem se relacionar com a academia e potenciais aliados/as acadêmicos/as. Acreditamos que a Rede Estrado latino-americana, analisada por Oliveira e Feldfeber nesta edição especial, oferece um possível caminho a seguir. Nos últimos vinte anos, a Rede Estrado reuniu acadêmicos/as, professores/as e sindicalistas para produzir conhecimento crítico sobre o trabalho, a resistência docente e sobre como professores/as promovem alternativas educacionais. Oliveira e Feldfeber argumentam que essa iniciativa é um exemplo poderoso do que Homi Bhabha (2005) descreve como um *terceiro espaço* – um terreno híbrido onde diversos discursos e perspectivas convergem, desafiando a uniformidade e abarcando uma pluralidade de conhecimentos no contexto educacional latino-americano. A Rede promove relações horizontais, informais e solidárias que enfatizam o engajamento coletivo, quebrando as barreiras tradicionais entre a academia, os sindicatos e os/as professores/as em geral. Sua influência se estende para além do trabalho teórico, gerando ações concretas: a Rede apoia colaborações com movimentos sociais e campanhas de educação pública, organiza seminários nacionais e internacionais e realiza pesquisas fundamentais sobre as condições de trabalho dos/das professores/as – um papel que se mostrou

especialmente necessário durante a pandemia. Em seu artigo, Oliveira e Feldfeber descrevem como a Rede Estrado manteve sua autonomia ao longo dos anos, evitando estruturas burocráticas e hierárquicas, expandindo seu alcance para doze países latino-americanos, aumentando a circulação de pesquisas sobre o trabalho docente e facilitando o diálogo entre acadêmicos/as, professores/as e sindicalistas.

As questões levantadas – sobre como acadêmicos/as e sindicatos docentes devem se relacionar – ressaltam a necessidade urgente de modelos baseados na solidariedade e no respeito mútuo. Além disso, o trabalho de Choudry nos lembra que a teoria deve se basear na luta, com pesquisas que ampliem as vozes daqueles/as que estão na linha de frente, em vez de ofuscá-las. A Rede Estrado oferece um exemplo pujante desse tipo de esforço de solidariedade, demonstrando como espaços horizontais e colaborativos podem ser construídos para promover a justiça educacional. Esse espaço híbrido abarca uma pluralidade de conhecimentos informados pelas ricas histórias e experiências de educadores/as em toda a América Latina. Nesse sentido, devemos reconhecer que a academia e os movimentos trabalhistas são mais fortes juntos e que nossa solidariedade não pode permanecer teórica – ela deve ser ativa, intencional, transformadora e levar à união na luta pela justiça.

Notas

- 1 Artigo originalmente publicado com o título *Teachers' unions, educator organising, and global struggles for educational justice*, Rebecca Tarlau, Javier Campos and Ashley Visagie, em *Globalisation, Societies & Education* (Vol 23, Issue 1, 2025). Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Fernando Scheibe.
- 2 No momento (2022) em que escrevemos este artigo introdutório, a África do Sul entrou em um período de Governo de Unidade Nacional – GNU. O Congresso Nacional Africano, tendo sofrido a perda da maioria dos votos, entrou no GNU juntamente com sua oposição, a Aliança Democrática, que frequentemente se envolvia em ataques aos sindicatos. Se essas mudanças nas condições promoverão uma mudança no que precedeu é ainda, portanto, motivo de debate.

Referências

- BEVINGTON, D., and C. Dixon. 2005. "Movement-relevant Theory: Rethinking Social Movement Scholarship and Activism." *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest* 4 (3): 185–208. <https://doi.org/10.1080/14742830500329838>.
- BHABHA, H. K. 2005. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. [Translated from Bhabha, H. 1994. *The Location of Culture*. London: Routledge.].
- CHOUdry, A. 2013. "Activist Research Practice: Exploring Research and Knowledge Production for Social Action." *Socialist Studies* 9 (1): 128–151.

CHOUHRY, A. 2015. *Learning Activism: The Intellectual Life of Contemporary Social Movements*. Toronto: University of Toronto Press.

COLLIER, R., and D. Collier. 1991. *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement and Regime Dynamics in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

TARLAU, R. 2021. "Contentious Co Governance and Prefiguration: A Framework for Analyzing Social Movement– State Relations in Public Education." *Education Researcher* 50 (8): 527–536. <https://doi.org/10.3102/0013189X211023496>.

WRIGHT, E. O. 2010. *Envisioning Real Utopias*. New York: Verso.

Declaração de divulgação

Os autores não informaram nenhum conflito de interesses em potencial.